

# **I CONGRESSO CRIM/UFMG**

## **MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

---

M956

Mulher, política e democracia [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-364-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Política. 3. Democracia. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---



# I CONGRESSO CRIM/UFMG

## MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

---

### **Apresentação**

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 2 - Mulher, Política e Democracia acolheu trabalhos relacionados à participação e representação das diversas mulheres na política no contexto democrático, em um sentido amplo. Propõe-se a discussão sobre a importância de aumentar a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, as medidas afirmativas e os desafios - entre eles, a cultura e estrutura patriarcal do sistema político-partidário e a violência política de gênero.

## **A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A POLÍTICA: A AUSÊNCIA FEMININA EM CARGOS ELETIVOS E SUAS REAIS RAZÕES.**

### **THE RELATION OF WOMAN WITH THE POLITICS: THE ABSENCE FEMALE IN ELECTIVE POSITIONS AND YOUR REAL REASONS.**

**Eduarda Cordeiro Gonçalves <sup>1</sup>**  
**Larissa Moura Peres <sup>2</sup>**

#### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo solucionar ou melhorar a situação da mulher na política, tendo em vista que existe pouca participação desse gênero nesse ramo. Através do método dedutivo, com revisão bibliográfica, entende-se que há muitos motivos para a ausência do sexo feminino na política, os quais serão tratados abaixo. Alguns dados nacionais e comparações internacionais foram usados para basear a seguinte pesquisa e encontrar uma solução para esse problema. Será abordado nesta obra o motivo pelo qual as mulheres não se sentem representadas e ainda assim não arriscam a candidatura.

**Palavras-chave:** Mulheres, Política, Machismo

#### **Abstract/Resumen/Résumé**

This project has the objective to solve or improve the situation of women in politics, in view of exist a little participation of this gender in this bunch. Through the deductive method, with a literature review, understands exist more reasons for the absence of women in politics, which will be discussed below. Some informations nationals and internationals are made for base the following research and to search a solution for this problem. Will be approach in this project the reason for the woman won't feel represented and even so won't risk the apply.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Woman, Politics, Sexist

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito do oitavo período da Escola Superior Dom Helder Câmara.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito do oitavo período da Escola Superior Dom Helder Câmara.

## **1 -INTRODUÇÃO**

No Brasil, é visível que o número de mulheres em altos cargos é pequeno. Neste trabalho, foi ressaltado a carência de mulheres em cargos eletivos. Na última eleição, houve um aumento da participação feminina em cargos eletivos, mesmo assim o número de mulheres ainda não é suficiente. Mais de 50% da população votante é composta por pessoas do gênero feminino e apenas 19,2% das cadeiras são ocupadas por elas. As mulheres não se veem representadas no âmbito político.

Um homem não consegue representar uma mulher com a mesma efetividade que a própria mulher. As experiências vividas por essas pessoas são completamente diferentes. Além disso, o sexo masculino é o grande causador e ampliador do machismo que é um dos motivos da falta de participação da mulher na política. Nesse contexto, é importante iniciar uma discussão sobre o assunto. Nessa pesquisa foi usado o método dedutivo, além de revisão bibliográfica a fim de encontrar caminhos para solução do problema supracitado.

O número de mulheres e transexuais eleitas na última eleição alargou-se com excelência. Em alguns locais, as candidatas transexuais tiveram o maior número de votos. Contudo, ainda há muito o que construir, buscar e lutar para que exista uma quantidade aconselhável e proporcional de mulheres em cargos de autoridade.

Em nível nacional, houve apenas uma mulher no cargo de presidência, qual seja, Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, PT.

Dessa forma, há muito o que melhorar nas políticas públicas de incentivo à participação feminina nesses cargos de liderança.

## **2-O AUMENTO DO NÚMERO DE MULHERES NA POLÍTICA**

Na eleição do ano de 2020, foi criada uma Campanha denominada Mais Mulheres na Política. Campanha essa promovida pelo Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) com intuito de estimular a candidatura e eleição de mulheres nos cargos eletivos.

Foram promovidas ações para informar a respeito do procedimento eleitoral e sobre as denúncias de violência política. Realizaram acordos com os partidos políticos para incentivo da atuação feminina. A principal meta era a eleição de pelo menos uma vereadora em cada município do Brasil.

A ação conseguiu aumentar o número de vereadoras eleitas em 19,2%, assim como, foi possível o crescimento em 7,1% na quantidade de mulheres que desejam tornar-se vereadoras. Dados disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A quantidade de prefeitas nomeadas foi a maior, sendo de 12%. Contudo, a ampliação no tocante às candidaturas foi de 2,5%.

O número de cidadãs trans eleitas em 2020 quadruplicou em relação ao de 2016. Houve 294 candidaturas de pessoas trans em âmbito nacional e foram 30 eleitas na última eleição. (Associação Nacional de Transexuais e Travestis, 2020) A vereadora Linda Brasil foi a mais votada em Aracaju e através desse dado entrou para o ranking das sete mulheres mais votadas nas capitais do Brasil. Segundo dados da Folha Antra, pelo menos sete mulheres transexuais foram as mais votadas nas capitais.

A vereadora Duda Salabert, foi a candidata mais votada da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e a primeira mulher trans a ser eleita no município.

Em pesquisa publicada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), aproximadamente 50% dos filiados a partidos políticos no Brasil são do sexo feminino. Contudo, na lista de candidatos ao cargo de Deputados Federais, as mulheres têm apenas 30% das vagas e 15% das cadeiras desse cargo são ocupadas por elas.

O doutorando Ivan Mardegan indica em sua tese que a escassez de mulheres em cargos eletivos se dá pelo mesmo motivo de que não é comum identificar mulheres em cargos de liderança e poder no ramo empresarial. Para mais, os partidos políticos são diretamente responsáveis por essa ausência, pois não utilizam os recursos que têm para investir em mulheres. Geralmente, as mulheres não são escolhidas para competir por cargos altos como deputadas federais, tendo em vista a falta de experiência já que a política é um ambiente predominantemente masculino. Afirma, também, que as mulheres casadas são menos propensas a concorrerem para cargos políticos, principalmente, aqueles mais altos, pois elas se recusam a mudar para a capital do seu Estado ou Brasília para exercerem seus mandatos longe da família. Além disso, o tempo em que as mulheres gastam cuidando da casa, marido e filhos é usado pelo cônjuge para investir em sua carreira política, o que é mais um obstáculo para as mulheres.

No artigo 10, §3º da Lei 9.504/97, prevê que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”. O Doutorando entende que essa é uma medida positiva para o fortalecimento das mulheres na política e não defende que a política de cotas por cadeiras seja positiva e eficaz no Brasil.

Todas essas informações são extremamente relevantes para a melhoria da desigualdade existente no âmbito político. Além de que isso ajuda para que políticas públicas voltadas para esse grupo sejam criadas.

Para mais, esse é apenas o início de mandatos de representatividade. Ainda falta muito na luta feminina por equidade de gêneros.

### **3-A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA**

É sabido que a maioria dos cargos eletivos são ocupados por homens. Em contrapartida, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) as mulheres são 52,4% dos eleitores. Isso não é representatividade.

Conforme informações da revista Veja, 94% das mulheres afirmam não se sentir representadas pelos políticos e 95% das entrevistadas defendem que deveriam ter mais mulheres em cargos eletivos.

De acordo com a revista Metrôpoles, 40,6% das mulheres afirmam que não têm perfil para os cargos políticos; 20,10% não estão no foco; 13,7% não têm interesse; 2,5% disseram que não há compatibilidade de partidos e 1,7% afirmaram que não há apoio. Esses fatos são as consequências do machismo estrutural presente no Brasil.

40,6% das mulheres interpretam que não possuem perfil para o cargo. Por que? O sexo feminino é visto e tratado como submisso e, por isso, acreditam que não têm capacidade para exercer cargos de gestão ou legislativos. Além da falta de incentivo e as múltiplas funções que as mulheres exercem como mães, esposas e um emprego externo. A cientista política Letícia Medeiros indica que a ambição, a dupla jornada, o ambiente partidário masculino e diretórios compostos por homens, os quais decidem qual candidato será custeado são outros empecilhos. Todos esses aspectos supracitados contribuem para a falta de representatividade feminina.

A falta de representatividade e incentivo restam claros quando apenas em 2016, há aproximadamente 5 anos atrás, foi construído o primeiro banheiro feminino no Congresso Nacional, 55 anos após a sua inauguração. Antes dessa construção, as senadoras deveriam se locomover até o restaurante ao lado para usar o sanitário. Isso é um descaso com as então senadoras, assim como, com as futuras mulheres eleitas.

Os políticos eleitos, os quais são, em sua maioria, do sexo masculino não são capazes de representar o sexo feminino. Aqueles não conseguem mensurar o que estas passam todos os dias. Estas são vítimas de violência doméstica, sexual, são tratadas como vulneráveis e submissas, algumas têm uma remuneração menor que a masculina apenas pelo fato de ser mulher e sofrem com as pressões sociais para serem mães, esposas e donas de casa perfeitas. Além disso, muitas são impedidas, inclusive, de estudar pelos seus próprios cônjuges. Esses mesmos homens que agem dessas formas com as mulheres estão nesses cargos de liderança e se dizem aptos a representá-las.

Dessa forma, é de suma importância que as mulheres se candidatem. Consoante com o que foi dito alhures de que as mulheres entendem que não possuem perfil para esses postos, é necessário que o gênero feminino se eleja para que outras se vejam representadas e com

aptidão para ocupar novos locais como as Câmaras Municipais, Prefeituras Municipais, Congresso Nacional e outros em busca da luta feminista por equidade de gêneros.

#### **4- OS ESTADOS BRASILEIROS E O PAÍS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: COMPARAÇÃO EM NÚMEROS**

Em consonância com o que foi anteriormente exposto, o número de mulheres participantes ativamente cresceu nos últimos anos. Contudo, o cenário mostra como esse número ainda necessita aumentar relativamente para que possa ser comparado com a participação masculina.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020) apresentou através de uma publicação no site oficial do governo, dados de extrema importância que informam que, no ano de 2016, aproximadamente 1,3 mil municípios não elegeram nenhuma vereadora e menos de 8 mil mulheres foram eleitas para mandatos nas Câmaras Municipais. Não obstante, no Poder Executivo, somente 636 mulheres foram eleitas em todo país.

Segundo dados apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020), o Acre e o Mato Grosso do Sul foram os estados Brasileiros com o maior crescimento em relação ao número de mulheres eleitas no comparativo entre 2020 e 2016. O Acre apresentou 50,1% de crescimento e o Mato Grosso do Sul com 40%. Para mais, os Estados com o maior percentual de eleições do gênero feminino em 2020 foram Roraima com 26,7% e Rio Grande do Norte com 22,4%.

Os dados demonstram como o Brasil é um país que apresenta pouca participação feminina no cenário político, apesar do efetivo crescimento e implementação de políticas públicas, ao contrário de Ruanda na África, país que de acordo com o [diplomatie.org](http://diplomatie.org) tem 51% das cadeiras ministeriais da Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres, 38% dos assentos no Senado e 43,5% dos conselheiros do governo.

A participação efetiva do gênero feminino na política em Ruanda, se mostra presente devido a Constituição do país, sendo a Carta responsável por determinar igualdade entre homens e mulheres na educação, na posse de terras e na economia, além de estabelecer que no mínimo 30% dos cargos políticos sejam reservados para mulheres.

#### **5-CONCLUSÃO**

Diante da pesquisa realizada, percebe-se um importante crescimento do gênero feminino no exercício de cargos políticos, inclusive, um grande avanço nas eleições responsáveis por trazer ao poder mulheres trans, como o caso de Linda Brasil em Aracaju e



Duda Salabert em Belo Horizonte. Duda foi a vereadora mais votada na história de BH, com mais de 37 mil votos, sendo a primeira parlamentar transexual na Câmara de Belo Horizonte.

Infelizmente, mesmo com o grande avanço apresentado, o Brasil ainda necessita de elevado crescimento e implementação de políticas públicas, pois de acordo com o estudo realizado pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD,2019) o Brasil está em 9º lugar entre 11 países da América Latina com relação a direitos políticos femininos.

Conclui-se que, a ausência de representação feminina na política brasileira, se dá em grande parte pelo machismo estrutural existente desde os séculos passados e barreiras que impedem a ascensão política feminina. Barreiras essas responsáveis pela criação da divisão sexual do trabalho, pois criaram a divisão “ideal” do trabalho feminino.

O significado dessa divisão, é uma forma em que a sociedade enxerga como um meio de idealização da separação de trabalhos específicos, próprios e criados para homens e para mulheres, cada um dos gêneros tem o seu tipo de trabalho ideal. Essa ideia criada e fortificada, é, atualmente, uma grande alavanca para o preconceito, a marginalização e principalmente a segregação sexual das mulheres no mercado de trabalho e sua consequente não efetivação nos cargos eletivos.

A divisão sexual do trabalho pode ser explicada como uma ordem de gênero e uma hierarquização de trabalho, em que o trabalho masculino se torna mais valorizado que o feminino em sua separação. A justificativa que a sociedade encontra para essa divisão, é de que cada um deve exercer sua função, já delimitada desde o seu nascimento, por fatores biológicos, sendo uma atividade complementada pela outra, formando um tipo de trabalho “ideal”, e como claramente se observa dessa divisão ideal, a mulher deverá ficar em casa cuidando dos filhos e da casa, enquanto os homens serão responsáveis por comandar a política e criar leis que apenas os interessam.

O gênero feminino é capaz de se mobilizar para o aumento da participação política feminina, entretanto é necessário a união de todas para que tal quadro se efetive. As mulheres precisam se candidatar e votar umas nas outras, os partidos políticos necessitam abrir espaços e investimentos para campanhas políticas de mulheres, pois qualquer pessoa que diga ser natural o desinteresse feminino nos cargos políticos, reforça a cultura machista já há muito tempo existente.

## **REFERÊNCIAS**

ALEGRETTI, Laís. **Plenário do Senado terá banheiro feminino 55 anos após inauguração.** Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>> Acesso em 13/07/2021

BRASIL. **Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)> Acesso em 16/07/2021

CARVALHO, Pedro. **94% das mulheres afirmam não se sentir representadas pelos políticos.** Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/94-das-mulheres-afirmam-nao-se-sentir-representadas-pelos-politicos/>> Acesso em: 13/07/2021

CEPESP. **Por que há poucas mulheres na política brasileira? - 5 perguntas para Ivan Mardegan.** Disponível em <<http://www.cepesp.io/por-que-ha-poucas-mulheres-na-politica-brasileira-5-perguntas-para-ivan-mardegan/>> Acesso em 16/07/2021

COSMELLI Liz. **Mulheres e participação na política internacional:** Le Monde diplomatique. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/mulheres-e-participacao-politica-internacional/>> Acesso em: 13/07/2021

**Governo comemora aumento da representatividade feminina na política.** Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-comemora-aumento-da-representatividade-feminina-na-politica#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,foi%20de%2013%2C5%20%25.&text=No%20processo%20eleitoral%20de%202016,agora%2C%2034%2C8%25>> Acesso em: 11/07/2021.

**MAIS Mulheres na Política: campanha incentiva participação feminina nas Eleições 2020.** Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/mais-mulheres-na-politica-campanha-incentiva-participacao-feminina-nas-eleicoes-2020>> Acesso em: 11/07/2021

NOGUEIRA Pedro Ribeiro; ANGELO Tiago. **Por que Ruanda é o país com mais mulheres na política e o 6º em igualdade de gênero.** Brasil de Fato. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/por-que-ruanda-e-o-pais-com-mais-mulheres-na-politica-e-o-6o-em-igualdade-de-genero>> Acesso em: 13/07/2021

SARDINHA, Edson. **Brasil é apenas o 152º em ranking mundial de participação feminina na política.** Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/brasil-e- apenas-o-152%C2%BA-em-ranking-mundial-de-participacao-politica-e-o-lanterna-na-america-do-sul/>> Acesso em: 13/07/2021

SILVA, Vitória Régia da. **Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016.** Disponível em <<https://www.generonumero.media/trans-eleitas-em-2020/>> Acesso em: 12/07/2021

TSE. Disponível em <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>> Acesso em 13/07/2021

VINHAL, Gabriela. **Pesquisa: 40% das mulheres dizem “não ter perfil” para política.** Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/pesquisa-40-das-mulheres-dizem-nao-ter-perfil-para-politica>> Acesso em 13/07/2021